



MOÇÃO

“FREGUESIAS COM CONDIÇÕES: DIGNIFICAÇÃO DO MANDATO, SEGURANÇA JURÍDICA E REFORÇO DO PODER LOCAL”

O Congresso da ANAFRE, reunido no Algarve, reafirma que as Freguesias são o nível de governação local mais próximo dos cidadãos, assegurando respostas essenciais no acompanhamento social, proximidade administrativa, manutenção do espaço público, coesão territorial e apoio de primeira linha em situações de emergência.

A realidade demonstra-nos que muitas destas funções são prestadas com recursos insuficientes e uma grande exigência pessoal dos Eleitos, sobretudo dos Presidentes de Junta, que acumulam responsabilidades executivas, institucionais e operacionais, frequentemente sem apoio técnico permanente, em especial na área jurídica, financeira e procedimental.

Paralelamente, o aumento da complexidade normativa e das exigências administrativas, incluindo áreas como a contratação pública, a transparência, a prestação de contas, a proteção de dados e os regimes de incompatibilidades, tem elevado o risco jurídico e a insegurança interpretativa, comprometendo a capacidade de execução e afastando cidadãos qualificados da vida pública local.

O Congresso entende que a modernização do poder local deve assentar na dignificação do mandato, proporcionalidade, responsabilização e capacidade de execução, reforçando a confiança dos cidadãos. Nesse sentido, sublinha-se a convergência com a orientação da ANMP e com a prioridade do Governo em promover uma Administração Pública mais eficiente, previsível, responsável e próxima das populações.

A democracia local reforça-se quando existe compatibilidade entre o mandato e a vida profissional e familiar, segurança jurídica na decisão e condições mínimas para servir com rigor e obter resultados satisfatórios para as populações.

Assim, considerando que:

- Que o mandato autárquico exige condições humanas, materiais e jurídicas adequadas;
- Que as freguesias garantem respostas permanentes de proximidade e contribuem para a coesão territorial do nosso País;
- Que a carga burocrática é elevada, e que o risco de erro aumenta por falta de apoio especializado;
- Que é necessário ter capacidade de atrair cidadãos qualificados, reforçando a credibilidade e a eficácia do poder local;
- Que o poder local se fortalece com regras claras, processos simples e meios ajustados.

Propomos:

1) Revisão do Estatuto do Eleito Local (Freguesias)

Iniciar, com prioridade e participação efetiva da ANAFRE, a revisão do Estatuto do Eleito Local, garantindo um regime atualizado, claro e aplicável à realidade das Freguesias e dos Eleitos de Freguesia.

2) Dignificação do mandato e condições de exercício

Consagrar critérios objetivos e proporcionais, incluindo a clarificação do regime de exercício do mandato, as condições mínimas de funcionamento e redução de desigualdades na capacidade de resposta.

3) Proteção social e salvaguardas profissionais

Reforçar mecanismos que protejam o vínculo laboral quando aplicável, assegurem enquadramento social adequado e promovam a conciliação entre mandato, vida familiar e vida profissional.

4) Apoio jurídico e segurança no exercício de funções

Garantir apoio jurídico célere e regular, proteção para os atos praticados de boa-fé e no interesse público, clarificação de um quadro de responsabilidade, distinguindo decisão política de execução técnica, sem prejuízo da exigência de transparência, rigor e de prestação de contas, reforçando a confiança pública.

5) Formação e capacitação contínua

Criar um programa nacional financiado e prático de formação para eleitos e equipas, focado essencialmente na contratação pública, transparência, gestão financeira, proteção de dados, modernização digital e proteção civil.

6) Simplificação administrativa

Promover mecanismos de simplificação com impacto direto nas freguesias, reduzindo tarefas redundantes e aumentando a previsibilidade.

7) Reforço institucional e cooperação multinível

Fortalecer o reconhecimento das freguesias no poder local, promovendo cooperação com Municípios e Administração Central e garantindo condições para uma execução orientada a resultados concretos para as populações.

CONCLUSÕES: O Congresso delibera que a presente moção seja remetida ao Governo, à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, à ANMP e à comunicação social, solicitando que a modernização do enquadramento do poder local avance com urgência e com participação das freguesias, valorizando o serviço público de proximidade e a confiança democrática.

Catarina Barreto, Presidente da Junta de Freguesia de Aradas